



JUNHO  
VIANA DO CASTELO  
• 2017 •

## Pela Defesa da Liberdade Académica

Face à atuação de um Governo de um Estado Membro da União Europeia, Hungria, dirigidos a uma instituição de Ensino Superior, Universidade Centro-Europeia (UCE) de Budapeste, nomeadamente a aprovação de uma emenda à Lei da Educação Superior, da Hungria, que visa proibir universidades e institutos registados no estrangeiro de emitir diplomas, torna-se necessário realizar uma reflexão acerca da liberdade académica por parte do movimento associativo. Ocorre que tal medida veio impossibilitar que uma das universidades mais respeitadas da Europa, a UCE, continue a desempenhar a principal missão, que cabe a todos os agentes do Ensino Superior, de formar estudantes.

Observando com apreciação que a União Europeia se fundou e pauta-se pelos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, e que os mesmos são transversais aos Estados-Membros, ocorre uma violação grave e duradoura destes valores e princípios, por parte de um Estado-Membro, poderá dar origem a uma sanção, como é exemplo a sanção imposta à Polónia em 2012.

Considerando que uma instituição de Ensino Superior, para ser capaz de desempenhar a sua missão, tem de ser um local que, por excelência, protege e incentiva a Liberdade Académica, Liberdade e a Democracia a todos os níveis e desejando que a União Europeia continue a ser líder mundial no que toca à defesa e promoção dos seus valores, incluindo da liberdade académica, tolerância e a democracia a todos os níveis, vêm por este meio as Federações e Associações Académicas reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 10 e 11 de junho de 2017:

1. Convidar o Governo Português e todos os agentes do Ensino Superior, portugueses e europeus, a demonstrarem a sua reprovação no que toca à limitação da Liberdade Académica, sensibilizando o Governo da Hungria e as Instituições Europeias para o grave ataque que foi lançado ao Ensino Superior;

2. Apela à Comissão Europeia e Parlamento Europeu que encorajem o Governo da Hungria a rever a emenda à Lei da Educação Superior de modo a que não hostilize nem condicione as Instituições do Ensino Superior e a suas autonomias, usando os mecanismos à sua disposição, de modo a que em nenhum Estado-Membro se verifique um ataque às Instituições do Ensino Superior e à sua Liberdade Académica;
3. Condenar esta emenda e todas as leis que venham, de algum modo, pôr em causa a liberdade e valores fundamentais nos quais os Estados europeus se unificaram e se regem no projeto Europeu.

Viana do Castelo, 10 e 11 junho 2017

Endereçado a: Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, Eurodeputados Portugueses, Ministério dos Negócios Estrangeiros, European Students' Union e European University Association, Federação Académica para a Informação e Representação Externa

